

A AMÉRICA LATINA E O MUNDO

CONTEMPORÂNEO: NOVOS ATORES, ARRANJOS POLÍTICOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO

Luis Fernando AYERBE
Milton LAHUERTA

Este número de *Perspectivas*, voltado para a reflexão sobre “A América Latina, hoje”, sintetiza um conjunto de iniciativas preocupadas com o lugar que a região vem ocupando e pode vir a ocupar no cenário internacional. O volume se beneficia assim de reflexões e investigações levadas adiante em diversos países e em diferentes instituições de pesquisa. Nesse sentido, cabe destaque às iniciativas desenvolvidas no âmbito da Asociación para la Unidad de Nuestra América (AUNA), em Cuba e no México; aos trabalhos da Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), na Argentina; aos estudos e debates promovidos pelo Observatório das Relações Estados Unidos-América Latina (OREAL); aos cursos, investigações e seminários desenvolvidos junto ao Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP; e, por fim, às investigações sobre Integração Regional e Governos Subnacionais, levadas a cabo no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em São Paulo. Há que se ressaltar, contudo, que, a despeito dessa diversidade de origens e motivações, os textos do dossiê têm em comum uma abordagem de processos nacionais e de dinâmicas regionais que vê a emergência de novos atores políticos e sociais como um estímulo para recolocar e atualizar o debate de alguns temas que haviam sido colocados num segundo plano, como *esquerda*, *capitalismo*, *socialismo* e *democracia*. Da mesma maneira, todos os textos consideram que a compreensão dos novos cenários abertos na região é um desafio que contém múltiplas dimensões,

seja pela variedade de sociedades e culturas, seja pelas maiores ou menores possibilidades de desenvolvimento e de afirmação nacional que cada um dos países latino-americanos comporta.

O primeiro texto, do cubano Carlos Oliva Campos, discute as transformações por que passa a região, incorporando a dimensão estratégica mais ampla, que se abre com o fim da Guerra Fria, e a reconfiguração das relações internacionais, com os Estados Unidos sendo consagrado como a grande superpotência mundial. Oliva Campos procura mostrar que, nesse mesmo momento, entre os anos 1980 e 1990, a América Latina passava por um intenso movimento de liberalização política e econômica, que fazia coincidirem processos de transição democrática e reformas de mercado, dentro do que se convencionou denominar “Consenso de Washington”.

O texto seguinte, de Alberto Rocha Valencia e Daniel Efrén Morales Ruvalcaba, põe em evidência o Sistema Político Internacional posterior à Guerra Fria e o correspondente Sistema Interamericano, analisando-os como contextos importantes para a investigação do que qualifica como a emergência das potências regionais mediadoras. A partir dessa preocupação mais ampla, os autores lançam luz sobre duas potências regionais mediadoras, mais precisamente os casos de Brasil e México. Com esse enquadramento, vis-à-vis o Sistema Político Internacional e o Sistema Interamericano, Valencia e Ruvalcaba procuram localizar o lugar dessas duas potências regionais mediadoras no âmbito mundial e no americano. Dessa maneira, Brasil e México são identificados como Estados que reúnem capacidades diferenciadas e importantes que os qualificam para desempenhar papéis efetivos de mediação entre as potências mundiais e os Estados periféricos.

No artigo “A formulação da política externa brasileira e as novas lideranças políticas regionais”, Karina L. Pasquariello e Marcelo Passini Mariano analisam a ação diplomática brasileira, para verificar se há continuidade histórica ou alteração após a ascensão de Lula da Silva à presidência da República. O pressuposto do texto é que há uma mudança no padrão de atuação da política externa brasileira e sua pergunta central é se ela resulta da especificidade do governo Lula ou reflete pressões estruturais, induzidas pela realidade política mundial e pela conjuntura doméstica? Mesmo aceitando a tese da existência de uma grande autonomia do Itamaraty no processo de tomada

de decisões e da conseqüente continuidade na formulação e implementação da política externa brasileira (capacidade que, muitas vezes, extrapola a esfera de atuação diplomática e avança para outras áreas, como as atribuições da política econômica nacional), os autores procuram demarcar que, de fato, está havendo um aumento da tensão sobre as condições que garantiam a continuidade e a previsibilidade da atuação externa brasileira. Nesse sentido, para eles, o governo Lula não é a causa dessa pressão por mudança, mas contribui para intensificá-la na medida em que sua chegada ao poder personifica uma descontinuidade na história brasileira que tem reflexos na formulação da política exterior.

Os artigos seguintes são dedicados às duas experiências que polarizam os debates e posicionamentos sobre as transformações por que passa a região: a de Hugo Chávez, na Venezuela, e a de Evo Morales, na Bolívia.

A análise da situação venezuelana, objeto do texto de Andrés Serbin, revela as principais dimensões que estão envolvidas nas transformações internas promovidas pela chamada revolução bolivariana e seus impactos no cenário externo, especialmente regional, num processo em que o forte ativismo se apresenta como a marca distintiva da atuação presidencial.

Na reflexão sobre a Bolívia, Aldo Duran Gil busca estabelecer as especificidades do governo do *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido do presidente Evo Morales, tomando como referência as similitudes e contrastes com a revolução nacionalista de 1952, que levou ao poder o *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR) e seu líder máximo na época, Victor Paz Estenssoro. Duran Gil, a partir da contextualização histórica de dois processos históricos que colocaram na pauta a perspectiva de se realizar transformações essenciais no país, busca entender a singularidade da conjuntura que se abre com a eleição de Evo Morales e analisa os principais elementos de mudança ocorridos em seu governo.

Os dois textos finais do dossiê analisam a evolução política latino-americana a partir de duas lógicas contrastantes, mas que permitem dimensionar alcances e desdobramentos de processos que estão em curso, tanto no que se refere às possibilidades de mudanças estruturais quanto no que se refere às condições de governabilidade. Luis Suárez Salazar analisa as novas lideranças políticas da América Latina, recolocando a dimensão utópica

e olhando-as desde a perspectiva da Revolução Cubana, por seu caráter emblemático das energias que mobilizaram toda uma geração que hoje ocupa importantes espaços de poder na região, buscando atualizar identidades e convergências. Luis Fernando Ayerbe, analisando o outro pólo ideológico, reflete sobre as preocupações geradas no *establishment* da política externa estadunidense acerca da América Latina. Para isso, Ayerbe revisa não só as posições dos responsáveis diretos pela tomada de decisões, especialmente do Departamento de Estado, mas também as formulações de intelectuais orgânicos situados em *Think Tanks*, mas com grande influência política e ideológica sobre a elite política americana. Até pela dimensão de polarização que as duas situações analisadas representam, a leitura articulada delas nos oferece um painel extremamente valioso para pensarmos os desafios futuros para a sub-região e para as relações internacionais.

Por fim, encerrando o volume, o leitor encontrará ainda uma instigante entrevista de Jürgen Habermas, concedida a Eduardo Mendieta para a revista *Logos*, em 2004. Nela, o cenário político internacional é analisado de modo lúcido e rigoroso um ano após a invasão do Afeganistão e do Iraque por tropas norte-americanas. Habermas defende a urgente legalização das intervenções internacionais em substituição à moralização dos conflitos e a demonização do oponente nas disputas internacionais, que serviram como justificativa para as intervenções agressivas e ilegais da administração de George W. Bush. Segundo o filósofo alemão, o *jus ad bellum* deve ser substituído por ações de proteção aos direitos humanos, nas quais o uso da força estaria condicionado a julgamentos nos quais todas as partes envolvidas receberiam igual consideração. Para dar início a tal processo, a liderança dos EUA é fundamental. Assim sendo, seria preciso superar o antiamericanismo que predomina atualmente na Europa por meio de uma aliança entre a oposição europeia e a oposição interna norte-americana às políticas unilaterais da administração Bush. A indicação de Barack Obama para disputar as eleições americanas pelo Partido Democrata, sem dúvida, anuncia que tal vaticínio pode vir a se cumprir, abrindo-se assim para o mundo e para a América Latina um horizonte de futuro bem mais alvissareiro.

Como se vê, o número 33 de *Perspectivas* oferece com esse conjunto de textos uma contribuição não apenas para

se pensar a América Latina hoje e seu lugar no mundo, mas também imprescindível para o leitor se localizar melhor face às contradições e dilemas da sociedade contemporânea. Passemos à leitura deles!